

Modelos Prisionais

CÂNDIDO FURTADO MAIA NETO
Membro do Ministério Público — PR^(*)

De acordo com a Lei n.º 7.210/84 de execução penal, quando se fala em estabelecimentos penais "correcionais", entende-se, então, as penitenciárias; as colônias penais agrícolas e industriais; as casas de albergado; os centros de observações e triagens para realizações de exame criminológico; os hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico para os inimputáveis, de caráter curativo, bem como as cadeias públicas das Comarcas.

Penitenciarismo compreende os estudos do sistema penal em relação à execução da sanção criminal imposta na sentença condenatória, visando aplicação de método para o cumprimento da pena privativa de liberdade e medidas de segurança para os condenados de alta periculosidade que sofrem de doença mental.

John Howard é considerado o pai da ciência penitenciária, por ter iniciado estudos e um movimento humanista de reforma carcerária na Inglaterra e calabouços da Europa, onde através de seu livro, "The state of prisons in England" em 1770, relatando os horrores do tratamento das masmorras que teve condições de vistoriar.

Por sua vez, política criminal e penitenciária refere-se à promoção de medidas eficazes de prevenção e controle da violência, bem como na diminuição da taxa de reincidência criminosa, onde o objetivo maior da pena privativa de liberdade é a ressocialização do preso, não mais possuindo um caráter de castigo ou de retribuição corporal, como no passado mais remoto da história do Direito Penal (Penitenciário) da humanidade.

(*) Secretário de Justiça e Segurança Pública do Ministério da Justiça; Membro do Ministério Público do Estado do Paraná;

Professor de Direito Penitenciário / Distrito Federal;
Ex-Professor de Criminologia e Direito Penal da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR;
Ex-Advogado Criminalista nas cidades de Curitiba/PR e Rio de Janeiro/RJ;
Pós-graduado em Direito Penal e Criminologia pelas Faculdades Integradas Estrácio de Sá/RJ;
Colaborador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo/SP;
Membro da Associação Americana de Juristas/AAJ-DF.

A sanção penal na atualidade absorve características de natureza social e jurídica, portanto, intimamente relacionada com a criminologia — estudo das causas do crime e tratamento do delinqüente e apenado.

O Juiz criminal, ou mais especificamente o da execução, na prolação da sentença, estabelecerá o tipo de regime que deverá o condenado começar a cumprir (art. 110 LEP), de acordo com sua personalidade social, antecedentes criminais e vida familiar/profissional.

A classificação dos condenados através do exame criminológico é de máxima importância, tendo como objetivo orientar a individualização da execução penal, através dos Centros de Observações e encaminhado às Comissões Técnicas de Classificação de cada sistema penitenciário das unidades federativas (art. 96 usque 89 LEP).

A exposição de motivos da lei de execução penal expressa que: "O exame criminológico refere-se ao binômio delito-delinqüente, numa interação de causa e efeito, tendo como objetivo a investigação médica, psicológica e social, como o reclamavam os pioneiros da criminologia".

Historicamente a respeito da classificação do delinqüente podemos contar com inúmeras, entre elas citamos algumas fórmulas: Cícero Cristiano de Souza, classifica — 1.º criminoso ocasional, 2.º criminoso sintomático (secundário), 3.º criminoso essencial (primário ou verdadeiro); Hilário Veiga de Carvalho, em 1.º mesocriminoso, 2.º mesocriminoso preponderante, 3.º mesobiocriminoso, 4.º biocriminoso preponderante e 5.º biocriminoso conforme a etiologia do crime e tipo de personalidade do agente; para Franz Exner, dividem-se em: 1.º criminosos ocasionais e profissionais, 2.º criminosos primários e reincidentes (sociologia), 3.º criminosos por cupidez e lascívia (psicologia), 4.º criminosos com taras hereditárias (biologia), 5.º criminosos corrigíveis e incorrigíveis (política) e, por último, 6.º criminosos segundo a legislação; de outro lado temos a classificação de André Teixeira Lima, em 1.º anomalias da personalidade (desenvolvimento precoce ou retardado, neuroses, psicopatias, paranóias, depressões etc.), 2.º anomalias da inteligência (deficiência encefalopática, distúrbios de base orgânica etc.); Cícero Carvalho Lage apresenta sua definição: 1.º criminoso polimórfico ou difuso, 2.º criminoso típico ou verdadeiro, 3.º atípico e acidental.

O crime resulta de uma soma de fatores sociais, como entende o professor Manoel Pedro Pimentel, uma estrutura complexa de várias causas; já Antolisei não admite qualquer outra espécie de classificação de criminosos que não seja do tipo biopsiquicamente.

Ao nosso ver, entendemos que a classificação mais acertada ou completa é a do criador da sociologia criminal, Enrico Ferri, dividida em 5 (cinco) categorias, ou seja:

- **criminoso nato:** delinqüente irrecuperável;
- **o louco:** portador de doença mental — inimputável (art. 26 CP);
- **o habitual:** produto do meio social — segundo o professor Roberto Lyra "sem solução da questão social, não haverá solução da questão criminal; o crime, na sociedade atual, resulta das causas econômicas ou a estas causas está ligado";
- **o ocasional:** indivíduo sem firmeza e que pelas circunstâncias do momento o levaram a praticar o crime, e
- **o passional:** homem honesto, mas de temperamento nervoso e de sensibilidade exagerada.

Os criminosos classificados como habitual, ocasional e passional são recuperáveis; o louco depende de tratamento médico específico.

Por um critério comparativo e de análise em geral, passamos a examinar os modelos prisionais existentes nas mais diversas regiões do globo terrestre.

Modelo socialista

O modelo polonês encontra-se bastante avançado nos seus diversos tipos de estabelecimentos, vejamos:

colônia de trabalho: finalidade corretiva, destinada aos condenados primários com penas brandas;

estabelecimentos penitenciários gerais: para agrupar condenados a penas médias;

estabelecimentos penitenciários especiais transitórios: para atender os presos provisórios, aqueles que não possuem sentença criminal definitiva, com trânsito em julgado;

estabelecimentos penitenciários para reincidentes: aos presos de mais alta periculosidade, criminosos que voltaram a delinquir. Trata-se de um regime severo de segurança máxima, onde se considera o grau de culpa do delinquente em relação ao ato ilícito praticado, sua personalidade criminosa e a quantidade de pena aplicada;

estabelecimento penitenciário de tratamento médico-educativo: aos réus que sofrem de doença mental, e

estabelecimento penitenciário para mulheres: espécie de prisão especial, conforme as condições físicas do sexo feminino e suas peculiaridades.

Modelo britânico

Prisões e regimes de cumprimento de pena da Grã-Bretanha, divisão de estabelecimentos quanto à quantidade de pena aplicada, nas seguintes especificações:

— prisões centrais de características fechadas — segurança máxima, para abrigar condenados a penas de longa duração.

— local de isolamento para os condenados depravados ou irrecuperáveis.

— prisões-tratamento, esta não se refere aos doentes mentais, mas para aqueles condenados à pena privativa de liberdade de curta duração, até 1 (um) ou 2 (dois) anos, exclusivamente para jovens adultos (17 a 21 anos de idade).

Modelo escandinavo/sueco

Trata-se do sistema mais avançado, pois a pena privativa de liberdade é utilizada estritamente para o tratamento dos delinquentes, sem qualquer idéia de castigo.

O sistema é dividido em 5 (cinco) grupos de penitenciárias, sendo que cada uma é especializada ao alojamento de determinada categoria de delinquente. Realização de exame criminológico, triagem feita no estabelecimento central, no sentido de se verificar a personalidade do condenado.

Os serviços de sistema prisional são administrados de forma autônoma, porém, sob subordinação direta do Ministro da Justiça.

Divide-se o serviço penitenciário em:

— tratamento e segurança;

— trabalho e educação.

A regra geral do sistema é voltada ao tratamento individual do preso, através de um regime de progressão chegando da prisão fechada ao regime mais brando (aberto) com trabalhos extramuros.

Modelo pensilvânico

Penitenciárias de regime drástico da Filadélfia criado em 1828/1829, consistindo no isolamento completo e separação total entre os internos. Trancafiados individualmente em suas celas, sem contato com o mundo exterior.

O trabalho somente é realizado no interior de cada cubículo.

Isolamento desta natureza acaba levando o interno (preso) a verdadeiro estado de loucura.

Totalmente proibido qualquer contato do preso com seus amigos e família, apenas é permitido o relacionamento com o diretor do estabelecimento, capelão e guardas.

Sistema ditatorial que visa única e exclusivamente o isolamento como castigo. O objetivo da pena privativa de liberdade não possui qualquer fundamentação lógica para um tratamento recuperacional.

Modelo auburniano

Neste sistema prisional o objetivo para a recuperação do preso é feito através da divisão dos internos em relação à idade e ao estado periculoso.

Os condenados mais perigosos e de mais idade ficam recolhidos nas mesmas celas, sem qualquer contato com os demais presos de idade mais inferior e personalidade menos perigosa.

De acordo com o comportamento de cada preso estes ficavam recolhidos em suas celas individuais durante 1 a 3 dias por semana, a critério da direção do estabelecimento (Auburne de New York criado em 1816).

O trabalho somente era permitido durante o período diurno, em total silêncio durante os serviços.

Modelo de elmira

Também no Estado de New York (1876), onde os objetivos da privação da liberdade relacionam-se com a educação e reeducação dos internos, visando à não reincidência criminosa e prevenção do crime.

A liberdade só era alcançada sob rígida fiscalização da direção carcerária com trabalho externo satisfatório.

O estabelecimento modelo de Elmira é considerado o primeiro dos reformatórios penais, visando à reforma da personalidade do recluso através da assistência educacional.

Modelo brasileiro

O regime de cumprimento de pena brasileiro está disciplinado pelo Código Penal e lei de execução penal, em seus artigos 32 e seguintes; 105 usque 119, respectivamente.

As sanções de caráter criminal no direito brasileiro são: privativa de liberdade (reclusão/detenção para crimes, prisão simples nas contravenções); restritivas de direitos (prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana); e pecuniária (multa). A medida de segurança é destinada aos réus inimputáveis, que sofrem de doença mental de cunho médico-assistencial, curativo.

O cumprimento das penas privativas de liberdade dar-se-á de forma progressiva do regime mais rigoroso para o menos, ou seja: **fechado** (penitenciárias de segurança máxima), **semi-aberto** (colônias penais agrícolas) e **aberto** (casas de albergado). Pena de até 4 (quatro) anos para ser cumprida no regime aberto; de 4 (quatro) a 8 (oito) anos no regime semi-aberto; e de 8 (oito) anos em diante no regime fechado.

Um sistema voltado à quantidade da pena aplicada, bem como, o comportamento do réu, sua personalidade antes e depois do crime, sua conduta social em relação à família, trabalho, enfim, meio onde vive (extramuros ou interior no cárcere), de acordo com seu caráter e mérito, em exceção poderá ocorrer a regressão do regime menos rigoroso para o mais rígido.

A lei de execução penal, em seu artigo 84, dispõe que "o preso provisório ficará separado do condenado por sentença transitada em julgado". Respeita-se o princípio reitor da presunção da inocência e tenta-se evitar os efeitos maléficos dos contatos entre presos reincidentes com primários.

Adota-se com rigor no sistema brasileiro de cumprimento de pena privativa de liberdade, a divisão de sexos, onde as mulheres cumprirão pena em estabelecimento distinto, em razão da sua condição pessoal (art. 37 CP). Explica-se pela fisiologia do sexo feminino, sua fraqueza e psicologia afetiva e, ainda, para manter-se o rigor da ordem interna dos estabelecimentos prisionais.

O menor de 18 (dezoito) anos de idade que vier a cometer fato ilícito, considerado crime para o direito penal, terá por sua vez tratamento diferenciado, pois não é tachado como criminoso, mas sim menor infrator sujeito às normas especiais estabelecidas na Lei n.º 6.697/79 (Código de Menores) considerado inimputável (art. 27 do CP), não responde criminalmente pelo seu ato. Deverá ser internado em "casas correccionais" para tratamento assistencial. A Suprema Corte brasileira STF decidiu expressamente que "não é recomendável a detenção de menor de 18 anos em prisão comum, mesmo em cela especial e separada (RF 256/346)".

Em relação ao concurso material de crimes definido no Código Penal, artigo 69 (Lei n.º 7.209/84), a regra é executar primeiro a pena de reclusão, depois a de detenção, quando houver necessidade de aplicação cumulativa, no caso de o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, praticar dois ou mais delitos. Os reclusos separados dos detentos, considerando a gravidade do ilícito e para pena aplicada.

O regime fechado para cumprimento de pena privativa de liberdade, a ser cumprido em presídio de segurança máxima, deve ficar exclusivamente aos condenados de altas penas e/ou irrecuperáveis, que apresentam estado de periculosidade, onde, através da lição do saudoso Professor Heleno Fragoso, concluímos que a prisão fechada deve ficar restrita a condenados cujo comportamento não se vislumbra qualquer outra hipótese, ou seja, reservada para o último caso.

Nesse sentido, Enrico Ferri proferiu conferência sob o tema "Lavoro e celli dei condenati", onde o mestre Álvaro Mayrink da Costa em seu livro intitulado "Criminologia Ilv." cita: "A prisão é uma das maiores aberrações do séc. XIX, traz ação nefasta contra a saúde física e mental; falta de movimentos físicos que predispõem a enfermidades; loucura e psicose; dificulta a adaptação do apenado e debilita seu sentido social; cria desigualdade entre os que estão acostumados à vida ao ar livre; e é um sistema mais custoso."

O custo da prisão fechada é elevado para manter a segurança, o sistema administrativo em geral.

A prisão agrícola, regime de semiliberdade, conhecida como regime semi-institucional, denominado nos EUA work furlough, na F. conhecida como

semi-liberté, é a nosso ver o regime mais viável e confiável para uma possível ressocialização do preso.

A primeira questão refere-se ao trabalho do interno, onde na colônia agrícola-penal a ociosidade é quase impossível, uma vez que o trabalho é farto, tanto agrícola como de pecuária em geral nas atividades do homem do campo, possibilitando ganhos para o sustento do próprio interno e de sua família (dependentes).

Terminando o prazo para o cumprimento da pena no regime semi-aberto, o preso ao transferir-se para o regime menos rigoroso (aberto), o condenado estará acostumado com o trabalho, não encontrando muitos obstáculos na vida livre.

O trabalho é um fator decisivo para a reintegração social, o sistema fechado (instituições totais — penitenciárias) não oferece esse privilégio.

O custo do sistema semi-aberto (colônias agrícolas penais) é bastante reduzido, ou até auto-administrável e financiável, pois quase toda a mão-de-obra é realizada pelos próprios presos, o número de guardas e métodos de segurança é menor, devido o preso não apresentar tendências à fuga, compatibilidade entre o regime, as imposições feitas na sentença criminal e a ausência de periculosidade do condenado.

O legislador brasileiro inspirou-se na experiência do regime semi-aberto da Suíça, na prisão de Witzwill, zona rural.

Regime ao ar livre de trabalho e cumprimento de pena, objetiva redução de gastos, sistema de segurança (ausência de muros de grande altura, sentinelas etc.), o preso trabalha todo o dia e no período noturno recolhe-se aos alojamentos, celas coletivas, porém as regras são celas individuais (art. 88 LEP) contendo dormitório, aparelho sanitário e lavatório, com área mínima de 6 (seis) metros quadrados.

O melhor meio de se chegar à ressocialização do interno é pelo trabalho; nos regimes fechados o preso está com suas atenções voltadas à prática de fugas, enquanto que no regime semi-aberto isso não ocorre devido às condições que se apresentam.

O professor Manoel Pedro Pimentel assegura que "o trabalho ao ar livre, nos estabelecimentos semi-aberto, é muito gratificante para o preso, que assim retorna o gosto pela vida e cultiva os benefícios da convivência social".

Além das causas satisfatórias do trabalho exercido pelo preso no interior dos cárceres, pode beneficiar-se do instituto da remição, podendo remir pelo trabalho parte do tempo da execução da pena à razão de um dia de pena por três de trabalho (art. 126 LEP).

A prestação do trabalho do preso é feita com base nos princípios da legislação trabalhista (CLT), porém, não está sujeita às suas regras gerais. A remuneração não pode ser inferior a três quartos do salário mínimo vigente, com as garantias da previdência social.

O trabalho do condenado, é um dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva (art. 28 e segts. LEP) na medida da aptidão, habilitação, condição e capacidade pessoal do trabalhador (preso).

"O trabalho não vale tão-só por criar bens econômicos, pois tem maior relevo sua importância existencial e social, como meio que viabiliza tanto a auto-afirmação do homem como a estruturação da sociedade" (Miguel Reale Júnior).

No estabelecimento semi-aberto, o condenado já fez opção pela mudança de sua conduta. Há participação ativa do interno nas atividades de sua reeducação. Há maior aproximação entre o recluso e o pessoal penitenciário. Atribui-se ao preso

mais confiança em face de sua aquiescência à execução do programa de tratamento. Transpôs-se o período de crise, rompidos a desconfiança e o endurecimento afetivo, para o reaparecimento da consciência moral, como notam Pinatel e Bouzat (Jason Albergaria — "Comentários à lei de execução penal", Aide editora, 1.^a ed. 1987).

O regime de prisão aberta no Brasil está regulado no artigo 36 do Código Penal e artigo 93 a 95 da lei de execução penal, para condenados não reincidentes, cuja pena seja igual ou inferior a quatro anos; baseia-se exclusivamente na auto disciplina e senso de responsabilidade do condenado, pois deve ser cumprido em casas de albergado sem qualquer espécie de vigilância, onde o condenado exerce trabalho externo durante o dia e recolhe-se durante o período noturno.

As casas de albergado servem também aos réus obrigados a cumprirem pena de limitação de fim de semana, uma espécie das penas restritivas de direitos, estipuladas no artigo 43 e seguintes da Lei n.º 7.209/84, substitutivas das penas privativas de liberdade inferior a 1 (um) ano.

Até a presente data poucas são as casas de albergado existentes no País, descumprimento total do dispositivo legal artigo 203 da LEP, determinando aos Estados que providenciassem no prazo de 6 (seis) meses, aquisições e desapropriações de prédios para suas instalações.

Diante deste quadro ilegal, passou-se na prática a denominar-se "prisão aberta domiciliar", ferindo categoricamente o contido no artigo 117 LEP, onde só se admite prisão domiciliar em 4 (quatro) hipóteses, a saber: condenado maior de setenta anos; condenado acometido de doença grave; condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental; e ainda, quando se tratar de condenada gestante.

O sistema de prisão aberta ao nosso ver é de grande valia, pois, chega mais próximo dos objetivos da pena, sendo maior a probabilidade de recuperação; apresenta-se melhor que a prisão fechada, uma vez que o Estado diminui seus gastos e alcança a finalidade da ressocialização, deixando o condenado longe das corrupções do cárcere e do contágio entre reincidentes de alta periculosidade com réus primários recuperáveis.

O Estado, ao conceder a oportunidade de cumprimento de pena privativa de liberdade em regime aberto, está a demonstrar confiança na capacidade de recuperação do homem, com o trabalho trazendo oportunidade para sobreviver e manter sua família, caminhando para uma total liberdade e reabilitação, com dignidade.

Exige-se uma transformação e conscientização na aplicação de recursos e técnicas administrativas junto ao modelo prisional brasileiro, nesse sentido, acreditamos nas instituições que possam efetivamente oferecer trabalho, tarefas e serviços ao recluso, visando eliminar uma das maiores mazelas do cárcere, que é o ócio no seu interior. O sistema prisional deve ser autofinanciável na prática, como uma integração entre as espécies de sanções previstas no direito criminal democrático.

Bibliografia

- 1 — JULIO FABBRINI MIRABETE, Manual de Direito Penal, Atlas, 1985.
- 2 — AUGUSTO THOMPSON, A Questão Penitenciária, Forense.
- 3 — ORLANDO SOARES, Extinção das Prisões e dos Hospitais Psiquiátricos, Editora Científica Ltda.
- 4 — SÉRGIO DE OLIVEIRA MEDICI, Prisão Albergue, Editora Jalovi, Bauru.

5 — EDMUNDO DE OLIVEIRA, Direitos e Deveres do Condenado, Ed. Saraiva.

6 — MICHEL FOUCAULT, Vigiar e Punir, Ed. Vozes

7 — JOSÉ MARIA RICO, Sanções Penais, Ed. Solivro Gráfica Ltda.

8 — MANOEL PEDRO PIMENTEL, Prisões Fechadas e Prisões Abertas, Editora Cortez e Moraes.

9 — ÁLVARO MAYRINK DA COSTA, Criminologia, Forense, 3.^a Ed., 1982.

10 — HELENO C. FRAGOSO, YOLANDA C. ELISABETH, Direito dos Presos, Forense.

11 — JASON LABERGARIA, Comentários à lei de execução penal, Editora Aide, 1987.

12 — ARMIDA BERGAMINI MIOTTO, A Violência nas prisões, Editora Universidade Federal de Goiás, 1983.

13 — JÚLIO FABBRINI MIRABETE, Execução Penal, Atlas, 2.^a Ed., 1988.

14 — ODIR ODILON PINTO DA SILVA e JOSÉ ANTONIO PAGANELLA BOSCHI, Comentários à lei de execução penal, Editora Aide, 1987.